

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL



Sistema
FAEC
SENAR Ceará
Sindicato Rural

SISTEMA FAEC/SENAR/SINRURAL

Boletim Técnico de Acompanhamento da Conjuntura do Setor do Agronegócio do Estado do Ceará elaborado pelo Centro de Inteligência e Inovação do Setor Agropecuário do Ceará (CIIAGRO)

Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará (FAEC)

José Amílcar Silveira – Presidente

Carlos Bezerra Filho – Superintendente

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL – CEARÁ (SENAR/AR-CE)

Sérgio Oliveira da Silva – Superintendente

Elaboração

Maria Salomé Albuquerque Santos – Analista Sênior - Advogada

Apoio

Centro de Inteligência e Inovação do Setor Agropecuário do Ceará (CIIAGRO)

Rogério Barbosa Soares – Assessor Técnico de Negócios

Geovana Costa – Analista de Dados

A Série Textos Técnicos do Agronegócio do Estado do Ceará elaborado pelo Centro de Inteligência e Inovação do Setor Agropecuário do Ceará (CIIAGRO) da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará (FAEC), tem como objetivo gerar e disseminar conhecimento e informação, subsidiar a formulação e avaliação de ações e Políticas Públicas e assessorar o setor produtivo e os Governos Municipais e Estadual nas decisões estratégicas, contribuindo para a construção de resultados permanentes no meio rural do Estado.

Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará (FAEC)

Av. Eduardo Girão, 317 - Jardim América

60.440-442 – Fortaleza-CE

Telefone: ((85) 3535.8020

<http://www.faec.org.br/>

APRESENTAÇÃO

O Centro de Inteligência e Inovação do Setor Agropecuário do Ceará (CIIAGRO) da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará (FAEC), tem a satisfação de disponibilizar a todos os interessados que lidam com os dados da agropecuária do Estado do Ceará, o presente estudo sobre a “LEGISLAÇÃO AMBIENTAL”.

Este documento analisa e apresenta a evolução da Legislação de Ambiental, tanto em âmbito nacional quanto estadual, com o objetivo de destacar as regras relacionadas: ao Sistema Nacional de Cadastro Rural; a Política Nacional do Meio Ambiente; as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente; às diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais; a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta; sobre o uso, a produção, o consumo, o comércio e o armazenamento de agrotóxicos, inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, de produtos de controle ambiental; ao Programa Selo Verde Brasil; aos programas de promoção de boas práticas agrícolas; a adição de agentes repulsivos os produtos adesivos químicos de contato à base de borracha sintética e natural e solventes aromáticos; a proibição o uso de capinação química no Estado do Ceará; as Áreas de Proteção Ambiental – APA’s; a proibição da entrada de cucurbitáceas.

Tendo em vista que na conjuntura atual, o agronegócio é um dos setores mais impactados pelas mudanças climáticas, mas também é responsável por uma parcela significativa das emissões de gases de efeito estufa. A legislação ambiental estabelece metas e políticas, inclusive para mitigar essas emissões, como a promoção de tecnologias mais limpas e práticas de baixo carbono, como a Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) e o uso de energias renováveis, que podem beneficiar o agronegócio a longo prazo.

Deste modo, a legislação ambiental é essencial para o desenvolvimento sustentável do agronegócio, promovendo um equilíbrio entre a produção de alimentos e a conservação dos recursos naturais. Ao adotar e cumprir as normas ambientais, os produtores não só protegem o meio ambiente, mas também asseguram a continuidade e a competitividade das suas atividades no futuro.

Assim como, as leis ambientais são fundamentais para garantir que os produtos do agronegócio atendam a padrões de qualidade exigidos por mercados nacionais e internacionais. A adoção de práticas sustentáveis, pode aumentar a competitividade dos produtos brasileiros, ao estimular, inclusive a produção de alimentos seguros e de qualidade, uma vez que consumidores e empresas estão cada vez mais exigentes quanto ao impacto ambiental das mercadorias que compram.

Além de tudo isso, o cumprimento da legislação ambiental contribui para que os produtores rurais

evitem multas, embargos e outros custos relacionados a práticas inadequadas, ou seja, contribui para a redução dos riscos de passivos ambientais, que podem gerar prejuízos financeiros e prejudicar a imagem de uma propriedade ou de uma marca no mercado.

Outro aspecto importante que merece destaque é a que agir conforme a legislação ambiental pode abrir portas para incentivos fiscais, linhas de crédito e financiamentos especiais voltados para práticas sustentáveis, a exemplo do "Programa de Regularização Ambiental" (PRA) que oferece aos produtores rurais a oportunidade de regularizar áreas desmatadas e obter benefícios financeiros, o que ajuda a reduzir os custos de produção.

Portanto, o Centro de Inteligência e Inovação do Setor Agropecuário do Ceará (CIIAGRO), unidade de trabalho integrante do Sistema FAEC/SENAR/SINRURAL, espera que esse documento venha contribuir para uma melhor compreensão da evolução desta importante atividade da economia do Estado do Ceará, além de possibilitar o acesso à informação a todos aqueles, que de alguma forma, se relacionam com o setor agropecuário cearense.

Ambiental

Legislação Federal:

Leis

- ✓ LEI Nº 5.868, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1972
Cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural, e dá outras providências.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5868.htm

- ✓ LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981
Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm

- ✓ LEI Nº 8.171, DE 17 DE JANEIRO DE 1991.
Dispõe sobre a política agrícola.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8171.htm

- ✓ Lei nº 12.148, de 29 de julho de 1993
Dispõe sobre a realização de auditorias ambientais e dá outras providências.
<https://legisweb.com.br/legislacao/?id=277623#:~:text=Fa%C3%A7o%20saber%20que%20a%20Assembl%C3%A9ia,de%20direito%20p%C3%ABlico%20e%20privado.>

- ✓ LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997
Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9478.htm

- ✓ LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998.
Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm

- ✓ LEI Nº 13.045, DE 17.07.00
Dispõe sobre a apreensão, guarda e destinação de animais que permanecem soltos, amarrados, ou abandonados nas estradas sob a jurisdição do DERT/CE e dá outras providências.
<https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/leis2000/13045.htm#art8>

✓ LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006.

Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/%5C_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm

✓ LEI Nº 11.516, DE 28 DE AGOSTO DE 2007.

Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes; altera as Leis nos 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei no 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória no 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03///_Ato2007-2010/2007/Lei/L11516.htm

✓ LEI Nº 12.187, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2009.

Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm

✓ LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012.

Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/L12651compilado.htm

✓ LEI Nº 12.805, DE 29 DE ABRIL DE 2013.

Institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta e altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12805.htm

✓ LEI Nº 14.595, DE 5 DE JUNHO DE 2023

Altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, de forma a regulamentar prazos e condições para a adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), e a Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14595.htm

✓ LEI Nº 14.785, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2023

Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem, a rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e das embalagens, o

registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, de produtos de controle ambiental, de seus produtos técnicos e afins; revoga as Leis nºs 7.802, de 11 de julho de 1989, e 9.974, de 6 de junho de 2000, e partes de anexos das Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 9.782, de 26 de janeiro de 1999.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14785.htm

Decretos

✓ **DECRETO Nº 12.063, DE 17 DE JUNHO DE 2024**

Institui o Programa Selo Verde Brasil.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/d12063.htm

✓ **DECRETO Nº 10.606, DE 22 DE JANEIRO DE 2021**

Institui o Sistema Integrado de Informações do Plano Setorial para Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura e o Comitê Técnico de Acompanhamento do Plano Setorial para Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/d10606.htm

Portaria

✓ **PORTARIA MAPA Nº 337, DE 8 DE NOVEMBRO DE 2021**

Estabelece requisitos mínimos e reconhece programas de promoção de boas práticas agrícolas, na etapa primária da cadeia produtiva agrícola, aplicados por entes públicos e privados no território nacional, com o propósito de estimular a produção de alimentos seguros e de qualidade, promover ações que visem melhorar a qualidade da produção de alimentos, promover práticas sustentáveis de produção agrícola e estimular a melhoria da qualidade de vida da população rural.

<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-mapa-n-337-de-8-de-novembro-de-2021-357707009>

✓ **PORTARIA MAPA Nº 448, DE 14 DE JUNHO DE 2022**

Estabelece o procedimento para a submissão da documentação necessária ao reconhecimento de programas voltados à promoção de boas práticas agrícolas.

<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-mapa-n-448-de-14-de-junho-de-2022-408393842>

Legislação Estadual:

Leis

- ✓ **Lei nº 11.411, de 28 de dezembro de 1987**

Dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, e cria o Conselho Estadual do Meio Ambiente – COEMA, a Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE e dá outras providências.

<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=277601>

- ✓ **Lei nº 11.994, de 20 de julho de 1992**

Dispõe sobre a adição de agentes repulsivos os produtos adesivos químicos de contato à base de borracha sintética e natural e solventes aromáticos, e dá outras providências.

<https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/seguridade-social-e-saude/item/1013-lei-n-11-994-de-20-07-92-d-o-de-21-07-92>

- ✓ **Lei nº 12.228, de 09 de dezembro de 1993**

Dispõe sobre o uso, a produção, o consumo, o comércio e o armazenamento dos agrotóxicos, seus componentes e afins bem como sobre a fiscalização do uso, de consumo, do comércio, do armazenamento e do transporte interno desses produtos.

<https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/meio-ambiente-e-desenvolvimento-do-semiarido/item/1688-lei-n-12-228-de-09-12-93-d-o-de-14-12-93>

- ✓ **Lei nº 12.367, de 18 de novembro de 1994**

Regulamenta o Artigo 215, Parágrafo 1º item (g) e o Artigo 263 da Constituição Estadual que instituí as atividades de Educação Ambiental, e dá outras providências.

<https://encurtador.com.br/LnJV5>

- ✓ **Lei nº 12.584, de 09 de maio de 1996**

Proíbe o uso de capinação química no Estado do Ceará.

<https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/meio-ambiente-e-desenvolvimento-do-semiarido/item/2321-lei-n-12-584-de-09-05-96-d-o-de-31-05-96>

- ✓ **Lei nº 13.496, de 02 de julho de 2004**
Dispõe sobre a organização do Sistema de Defesa Agropecuária e a criação da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará - ADAGRI, e dá outras providências.
<https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/agropecuaria/item/4034-lei-n-13-496-de-02-07-04-d-o-de-05-07-04>
- ✓ **Lei nº 13.523, de 28 de setembro de 2004**
Cria e disciplina o Programa de Incentivo à Agropecuária Orgânica.
<https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/agropecuaria/item/4075-lei-n-13-523-de-28-09-04-d-o-de-01-10-04>
- ✓ **Lei nº 13.611, de 28 de junho de 2005-Reconhece o município de Pacajus como a capital do caju do Estado do Ceará.**
<https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/meio-ambiente-e-desenvolvimento-do-semiarido/item/3776-lei-n-13-611-de-28-06-05-d-o-30-06-05-plei-n-60-05-dep-teo-menezes>
- ✓ **Lei nº 13.753, de 11 de abril de 2006**
Denomina a cidade de São Benedito como “a Cidade das Flores”.
<https://encurtador.com.br/JBPJx>
- ✓ **Lei Nº 16002 DE 02/05/2016**
Cria o Programa de Valorização das Espécies Vegetais Nativas.
<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=320056>
- ✓ **Lei Nº 17.533/2021**
Dispõe sobre a Política de Regularização Fundiária Rural no Estado do Ceará
<https://www.idace.ce.gov.br/download/lei-wilson-brandao/>
- ✓ **Lei nº 14.300/22**
Institui o programa renda do sol como política pública permanente baseada no incentivo ao uso da energia solar no estado do Ceará, com foco na geração de renda, e altera a Lei Complementar Nº 170, DE 28 de dezembro de 2016.
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/l14300.htm

Decreto

- ✓ **Decreto nº 20.956, de 18 de setembro de 1990**
Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental da Serra de Baturité, neste Estado, e adota outras providências.

<https://www.sema.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/36/2019/04/Serra-de-Baturit%C3%A9.pdf>

✓ Decreto nº 23.705, de 08 de junho de 1995
Regulamenta a Lei nº 12.228, de 09 de dezembro de 1993, que dispõe sobre o uso, a produção, o consumo, o comércio e o armazenamento dos agrotóxicos, seus componentes e afins bem como sobre a fiscalização do uso, de consumo, do comércio, do armazenamento e do transporte interno desses produtos e dá outras providências.

<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=276825>

✓ Decreto nº 24.957, de 05 de junho de 1998
Dispõe sobre a criação das Áreas de Proteção Ambiental – APA's do Lagamar do Cauípe, no município de Caucaia, e do Pecém, em São Gonçalo do Amarante, e adota outras providências.

<https://www.sema.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/36/2021/09/Lagamar-Cauipe.pdf>

✓ Decreto nº 24.959, de 05 de junho de 1998
Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental – APA da Serra de Aratanha, nos municípios de Maranguape, Pacatuba e Guaiúba e adota outras providências.

<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=276836#:~:text=Ordenar%20o%20turismo%20ecol%C3%B3gico%2C%20cient%C3%ADfico,Art.>

✓ Decreto nº 25.354, de 26 de janeiro de 1999
Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental – APA da Bica do Ipu, no município de Ipu, Estado do Ceará, e adota outras providências.

<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=276887>

✓ Decreto nº 25.355, de 26 de janeiro de 1999
Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental – APA da Lagoa do Uruaú, no município de Beberibe, Estado do Ceará, inclui representatividade nos Comitês Gestores das APAs de Baturité, de Aratanha, de Pecém e do Lagamar do Cauípe e adota outras providências.

<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=276888>

✓ Decreto nº 25.413, de 29 de março de 1999
Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental – APA do Estuário do Rio Ceará, localizada na divisa dos municípios de Fortaleza e Caucaia e adota outras providências.

<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=276889>

✓ Decreto nº 25.414, de 29 de março de 1999

Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental – APA do Estuário do rio Mundaú, localizada na divisa dos municípios de Itapipoca e Trairí, e adota outras providências.

[https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=276890#:~:text=DECRETA%3A,oeste\)%2C%20Estado%20do%20Cear%3%A1.](https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=276890#:~:text=DECRETA%3A,oeste)%2C%20Estado%20do%20Cear%3%A1.)

✓ Decreto nº 25.416, de 29 de março de 1999

Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental do Estuário do Rio Curú, localizada na divisa dos municípios de Paracuru e Paraipaba e adota outras providências.

<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=276891>

✓ Decreto nº 25.417, de 29 de março de 1999

Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental – APA das Dunas da Lagoinha, no município de Paraipaba, e adota outras providências-

<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=276892>

✓ Decreto nº 25.418, de 29 de março de 1999

Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental das Dunas do Paracuru, no município de Paracuru e adota outras providências.

<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=276893>

✓ Decreto nº 25.778, de 15 de fevereiro de 2000

Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) do rio Pacoti, nos municípios de Fortaleza, Eusébio e Aquiraz e dá outras providências.

<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=276897>

✓ Decreto nº 25.975, de 10 de agosto de 2000

Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental - Apa da Lagoa da Jijoca, localizada entre os municípios de Jijoca de Jericoacoara e Cruz, Estado do Ceará e adota outras providências.

<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=276898>

✓ Decreto nº 26.719, de 20 de agosto de 2002

Proíbe a entrada de cucurbitáceas na região de Aracati, Icapuí, Itaiçaba, Jaguaruana, Limoeiro do Norte, Russas e Quixeré

https://www.adagri.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/51/2012/05/Decreto_26.719_de_20.08.2002.pdf

✓ Decreto nº 27.434, de 28 de abril de 2004-Dispõe sobre a criação do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Caatinga e dá outras providências.

<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=276972>

Resolução

✓ **Resolução nº 09, de 29 de maio de 2003**

Institui no âmbito da Política Estadual do Meio Ambiente do Estado do Ceará o compromisso de compensação ambiental por danos causados ao meio ambiente e pela utilização de recursos ambientais.

<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=277227>

Instrução Normativa

✓ **Instrução Normativa nº 01/91, de 22 de março de 1991**

Estabelece as normas reguladoras da implantação da Área de Proteção Ambiental da Serra de Baturité.

<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=276976>

✓ **Instrução Normativa nº 001/2000, de 01 de março de 2000**

Obriga a reposição florestal para exploração, utilização, transformação ou consumo de matéria-prima florestal do Estado do Ceará e dá outras providências.

<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=276980>

✓ **Instrução Normativa nº 002/2000, de 03 de Julho de 2000**

Dispõe sobre o selo de transporte de matéria-prima de origem florestal, o cadastro e o registro de pessoas físicas e jurídicas consumidoras de matéria-prima florestal e dá outras providências

<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=276981#:~:text=INSTRU%C3%87%C3%83O%20NORMATIVA%20N%C2%B002,florestal%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.>